

Acordo rápido ficou difícil

por Paulo Sotero
de Washington

Os efeitos da humilhação que o governo brasileiro sofreu em Washington, na última terça-feira, quando o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, viu-se obrigado a retirar a proposta de conversão em títulos de até 50% do principal da dívida, depois que a idéia foi fulminada pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, podem ter comprometido o pouco espaço que havia para um entendimento rápido entre o Brasil e os bancos credores, ainda que sob a forma de um acordo provisório.

Altos funcionários do governo brasileiro acreditam que o episódio enfraqueceu dramaticamente a já frágil posição de negociação do País e, diante disso, o melhor a fazer é reavaliar cuidadosamente a situação e esperar por novos fatos, que venham a dar mais munção ao Brasil para sentar-se à mesa com os credores.

O recuo brasileiro não recomendaria, segundo essa análise, a apresentação, dentro de duas semanas, de uma proposta concreta de negociação aos banqueiros.

Reforçando essa possibilidade, o recuo criou um clima muito pouco propício para a missão exploratória que o negociador designado da dívida, Fernão Bracher, está realizando junto aos bancos credores e outras entidades financeiras oficiais e privadas.

O objetivo da missão de Bracher, que embarcou ontem para o Japão depois de conversar com o presidente do conselho de administração do Morgan Guaranty, Lewis Preston, em Nova York, é definir o instrumento financeiro que o governo brasileiro pretende oferecer aos bancos, como "título de saída", para abrir o caminho a uma securitização de uma parte da dívida.

Como se todos esses elementos negativos não bastassem, existe um complicador adicional: dentro da

(Continua na página 18)

Acordo rápido ficou difícil

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

própria equipe econômica não parece haver consenso sobre como tratar a questão do desconto.

Em suas declarações em Washington, o ministro Bresser Pereira repetiu várias vezes que o sistema de títulos de saída, que adotou como alternativa à idéia original da conversão de 50% dos débitos, preserva o uso do desconto da dívida para o Brasil. Fernão Bracher tem, por seu lado, procurado desenfatar esse aspecto, pois sabe que, se o governo brasileiro insistir no desconto, o título brasileiro terá o mesmo destino do "exit bond" argentino, que foi comprado por apenas três dos 350 bancos credores do País.

Por tudo isso, o encontro que Bracher confirmou com os banqueiros, para o próximo dia 25, em Nova York, poderá não passar de uma reunião inicial, destinada apenas a abrir os entendimentos com os bancos e a dar a impressão de que há um diálogo em curso, entre o Brasil e seus credores — disseram a este jornal fontes brasileiras e dos bancos.

Há, no governo brasileiro, quem esteja mais esperançoso sobre a possibilidade de se alcançar um acordo com os bancos. O embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, acredita que seria possível chegar a um entendimento caso os bancos concordassem em fornecer os US\$ 7,2 bilhões, sob forma de desembolsos ou capitalização, necessários para fechar as contas externas do País em 1987 e 1988.

Desse total, US\$ 4,3 bilhões correspondem às necessidades deste ano e US\$

2,9 bilhões às do ano que vem. Os bancos desembolsariam o dinheiro e seriam pagos imediatamente, numa operação parecida com a de compensação bancária. Simultaneamente, o Brasil suspenderia a moratória. Bresser Pereira discutiu essa possibilidade com Baker.

A propósito, em declaração publicada pelo Wall Street Journal de ontem, o embaixador do Brasil em Washington ofereceu a seguinte explicação sobre a decisão de Bresser Pereira de abrir mão tão rapidamente da proposta da conversão de 50% da dívida, em benefício de um programa ampliado de "exit bonds", durante o encontro com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos: "Eu acredito que ele achou mais útil tentar um acaminho que seria mais produtivo e realista".

A disposição revelada pelo secretário do Tesouro dos EUA, na conversa com Bresser Pereira, de não considerar um acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional como precondição para um entendimento entre o País e seus credores privados parece ter sido calculada para facilitar o início das negociações com os bancos. Contudo, segundo fontes brasileiras presentes ao encontro, a atitude de Baker não deve ser interpretada como sinal de que ele torcerá o braço de banqueiros para que façam o acordo com o Brasil.

Pelo contrário, durante a reunião com a comitiva brasileira, dois assessores de Baker, o secretário-adjunto do Tesouro, David Mulford, e o diretor-executivo do país no FMI, Charles Dallara, disseram a Baker, na presença de Bresser Pereira, que o acordo com o FMI, que os

EUA consideram indispensável para o reescalonamento da dívida oficial brasileira, deveria ser visto como uma pre-condição também para um acordo de reescalonamento dos vencimentos de 1988 da dívida aos bancos. De acordo com a fonte, Baker não aceitou o conselho. Ele disse que não via por que fazer essa exigência e observou que, de qualquer maneira, este é um assunto que o governo brasileiro deveria decidir diretamente com os banqueiros.

O sinal emitido por Baker não foi, no entanto, bem recebido pelos credores privados. "Ele poderia ter dado um forte sinal vermelho, dizendo aos bancos para nem chegar perto do Brasil, ou um sinal verde, que era improvável. Acabou dando um sinal entre os dois, que é verde o suficiente para indicar aos bancos que está OK retomar o diálogo com o Brasil, mas é insuficiente para levar a um acordo", afirmou um executivo de um grande banco. Comentando a interpretação de um funcionário brasileiro, que viu na posição de Baker uma tentativa de viabilizar uma renegociação provisória da dívida privada em moldes parecidos com o reescalonamento da dívida oficial, feito no início deste ano, a fonte bancária afirmou que isso não é possível porque, "ao contrário do acordo com o Clube de Paris, o acordo com os bancos envolveria o empréstimo de dinheiro novo. Não é possível fazer um acordo provisório sobre 1986 e 1987 sem negociar também 1988.

E isso os bancos não aceitarão, sem o acordo com o FMI, que Washington, aliás, exige para reescalonar seus créditos ao Brasil".

Outro elemento obviamente desestimulador de qualquer entendimento, argumentaram fontes financeiras dos dois lados ouvidas por este jornal, são as especulações que a situação a que Bresser Pereira se sujeitou em Washington já começou a suscitar sobre suas chances de permanência no poder. A impressão crescente de que o ministro da Fazenda estaria com seus dias contados dificilmente estimulará os credores a um entendimento. Assim, o cenário que se começa a desenhar é que o diálogo entre o Brasil e os bancos é retomado e imediatamente posto em banho-maria. Isso, somado à perspectiva de um acordo entre o país e FMI no ano que vem, levaria as autoridades bancárias americanas a adiar até março do ano que vem uma eventual reclassificação para baixo do crédito brasileiro, o que seria suficiente, por sua vez, para preservar o "status quo" atual e evitar um agravamento das tensões entre o Brasil e seus credores.

Um cenário alternativo, mais otimista, poderá desenvolver-se caso o governo da Argentina peça uma reabertura de seu recém-assinado acordo com os bancos e, pressionado pela vitória eleitoral dos peronistas, na semana passada, endureça drasticamente sua posição na próxima reunião anual do FMI e do Banco Mundial, que começa no fim deste mês em Washington. Diante da demonstração dada pelo governo brasileiro, nesta semana, sobre sua capacidade de tratar o problema da dívida externa, é duvidoso, porém, que o País venha a tirar qualquer benefício de um endurecimento da posição argentina.